


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014868-80.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**  
 Requerente: **Cleide Lusia Machado e outros**  
 Requerido: **Laurinda de Chico Machado**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos

Verifica-se que a única pendência refere-se ao valor do ITCMD já recolhido. Pretende a Fazenda do Estado o recolhimento de diferenças, com o que não concorda a inventariante.

Atualmente, com a vigência no NCPC, as questões relativas às taxas e tributos não se submetem mais ao crivo judicial (artigos 659/663, do CPC).

As novas declarações e partilha apresentadas nos autos pela inventariante (fls. 362/369) não foi objeto de impugnação.

No mais, estando os autos regulares, HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 364/368, para que produza seus efeitos legais, estando ressalvado erro de conta e direitos de terceiros.

Expeça-se oportunamente formal de partilha (facultado aos interessados solicitarem diretamente no Cartório e Notas), intimando-se, outrossim, ao Fisco Estadual, via postal, para lançamento administrativo do ITCMD, se for o caso, nos termos do § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC.

Os comprovantes dos recolhimentos das taxas e tributos deverão ser apresentados junto ao Cartório de Registro de Imóveis para que se proceda o registro do formal de partilha.

Cumpridas as determinações e procedidas as anotações necessárias, ao arquivo.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 26 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**0014868-80.2013.8.26.0566 - lauda 1**